

O RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO: REFLEXÕES A PARTIR DO EXAME DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

Heloiza Rodrigues Barbosa Xavier (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Claudivan Sanches Lopes (Orientador), e-mail: claudivanlopes@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Ciências Humanas - Geografia Humana

Palavras-chave: Raciocínio Geográfico, BNCC, Ensino de Geografia

Resumo:

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) os alunos da educação básica devem, apropriando-se dos conhecimentos da Geografia (conceitos e princípios), desenvolver o raciocínio geográfico e serem capazes de aplicar tais conhecimentos e habilidades na resolução de problemas práticos e em diversos contextos. A partir disso, buscamos então, tendo-se por base o exame crítico do documento oficial e da literatura produzida pelos autores da área do ensino de Geografia, esboçar de uma maneira mais clara o significado atribuído ao conceito de raciocínio geográfico. Apresentamos, como contribuição à didática da geografia, algumas opções metodológicas, dentre as várias que podem ser utilizadas, que visam auxiliar no desenvolvimento dessa forma específica de raciocínio. Esperamos que os resultados dessa pesquisa forneçam subsídios na compreensão do conceito, e em como traduzi-lo para o ambiente escolar, considerando a Base como referência obrigatória no ensino de todo o país.

Introdução

O presente trabalho é resultado de pesquisa realizada no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Estadual de Maringá. Tem por objetivo compreender, a partir do exame do texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) Geografia, o significado atribuído pelo documento ao raciocínio geográfico e seu papel no desenvolvimento da educação geográfica por ele preconizado. Busca ainda, comparar o sentido do raciocínio geográfico presente na BNCC com a literatura educacional na área. e discutir o caminho metodológico sugerido – explícita ou implicitamente – pela BNCC para a efetivação do raciocínio geográfico. Buscamos, destarte, nos limites de nossa pesquisa, compreender os processos que envolvem o desenvolvimento da capacidade de pensar geograficamente e ao mesmo tempo, organizar a didática necessária para efetivá-lo na educação básica.

Materiais e métodos

Para a realização de nossa pesquisa utilizamos como principal referência o texto oficial da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além de autores que se dedicam à temática do ensino de Geografia, visando uma melhor compreensão de nosso objeto de estudo – o raciocínio geográfico. Por se tratar de uma pesquisa de caráter teórico, a metodologia empregada foi a busca de materiais bibliográficos, a leitura e a análise dos mesmos.

Resultados e Discussão

O texto do componente curricular Geografia na BNCC afirma explicitamente que a grande contribuição da disciplina para a formação dos alunos é o desenvolvimento do raciocínio geográfico com vistas ao exercício da cidadania. Considerando, então, a BNCC como documento normativo obrigatório, que deve ser utilizado como referência para a educação básica no país, destacamos a importância de discutir o significado de tal conceito, e de que forma desenvolvê-lo no processo educacional. Anterior à divulgação da BNCC, a noção de raciocínio geográfico já estava presente na literatura educacional, sem, entretanto, provocar grandes debates acerca de sua significação. Mesmo com algumas variações na terminologia a ideia a ser expressa é a mesma, ou seja, “[...] entende-se que tais autores estão buscando, exatamente, concretizar a identidade e a função [específica] da disciplina de Geografia na escola básica” (LOPES, 2010 p. 83). É com a divulgação do Documento, portanto, que o tema entra efetivamente na agenda de discussão dos professores e pesquisadores, ganhando maior relevância.

Mas como o texto da Base define o raciocínio geográfico? Para o Documento, o raciocínio geográfico é uma maneira de exercitar o pensamento espacial pela aplicação de “[...] determinados princípios para compreender aspectos fundamentais da realidade [...]” tais como “[...] a localização e a distribuição dos fatos e fenômenos na superfície terrestre, o ordenamento territorial, as conexões existentes entre componentes físico naturais e as ações antrópicas (BRASIL, 2018, p. 359). Os princípios para compreensão dos aspectos da realidade são descritos por Moreira (2008) e dispostos na Base em um quadro intitulado: “Descrição dos princípios do raciocínio geográfico” sendo eles: analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.

Para que o objetivo de “desenvolver o pensamento espacial” pelo estímulo do “raciocínio geográfico” se efetive, possibilitando ao aluno compreender e representar o mundo em permanente transformação e relacionando componentes da sociedade e da natureza (BRASIL, 2018), o texto afirma que é preciso garantir que haja uma apropriação de conceitos por parte dos alunos, com vistas ao domínio do conhecimento, com ênfase para acontecimentos que podem ser vistos no tempo e no espaço, e, para o exercício da cidadania. Assim, afirma o Documento, “Embora o espaço seja

o conceito mais amplo e complexo da Geografia, é necessário que os alunos dominem outros conceitos mais operacionais e que expressem aspectos diferentes do espaço geográfico: território, lugar, região, natureza e paisagem” (BRASIL, 2018, p. 359).

Conceituando então o raciocínio geográfico, temos que se trata de uma forma de pensar que deve ser desenvolvida nos alunos da educação básica, a partir dos anos iniciais. Pensando geograficamente os alunos são capazes de estabelecerem relações entre os fenômenos que ocorrem no espaço, sejam esses, fenômenos naturais ou antrópicos; se abrem para o entendimento da relação existente entre o homem e seu meio, para as formas como o homem utiliza os recursos naturais, e, para a maneira como as sociedades se distribuem no espaço. A partir de então, o observador dá lugar ao agente participante e transformador. É por meio do desenvolvimento do raciocínio geográfico que os alunos passam a entender a importância da Geografia enquanto disciplina escolar e, conseqüentemente, em sua vida cotidiana.

Conforme descrito, o desenvolvimento do raciocínio geográfico se dá por meio de um processo complexo fundamentado na apropriação dos conceitos e princípios lógicos da Geografia. Mas como traduzir isso para o ambiente da sala de aula? Como o professor poderá inserir tais conceitos em suas aulas, de modo a oferecer “aberturas” para que os alunos, com essa base, se apropriem dos conhecimentos geográficos e os utilizem com proficiência no cotidiano? Azambuja e Lopes (2020) dão exemplos ao indicarem “[...] as formas coletivas, cooperativas e problematizadoras, tais como: projeto de trabalho, resolução de problemas ou estudos baseados em problemas, estudo de meio e unidade temática.” De acordo com os autores, tais metodologias de ensino em articulação aos recursos didáticos utilizados e a mediação docente, garantem ao aluno a possibilidade de “[...] fazer a sua sequência ou o seu percurso de apropriação do conhecimento escolar sendo participante ativo desse processo” (p. 44) o que é fundamental para o desenvolvimento do raciocínio geográfico.

Conclusões

A partir de nossa pesquisa que possui como referência fundamental o texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e literatura produzida por autores dedicados ao ensino de Geografia, buscamos explicar de uma maneira mais clara o que se entende ou devemos entender por “raciocínio geográfico”. Todavia, a exata compreensão e implantação do texto da BNCC depende de sua análise crítica via exame da literatura produzida pelos pesquisadores que se dedicam ao ensino de Geografia e neste sentido, comporta múltiplas compreensões. Como já foi dito, o texto da BNCC é vago quanto aos possíveis encaminhamentos didático-metodológicos a serem desenvolvidos pelos professores junto aos seus alunos. Até mesmo conceitos como raciocínio geográfico e raciocínio espacial não são devidamente analisados e distinguidos.

Destarte, um ensino de Geografia, conforme esperado pela BNCC e, para além dela, estará embasado, portanto, em um maior desenvolvimento intelectual dos alunos, uma vez que por meio do raciocínio geográfico, os mesmos serão capazes de estabelecerem conexões entre diversas temáticas abordadas pela Geografia, indo além da simples compreensão do fato por ele mesmo. Desse modo, serão capazes de entender o dinamismo natural do planeta e, integradamente, como o homem apropria-se dele e o transforma permanentemente. Compreenderá como se dão as diferentes relações entre as sociedades, as possíveis relações do lugar em que vivem com o espaço global, dentre outros aspectos e, então, enxergarão o espaço geográfico não apenas como observadores, mas, como agentes críticos e de transformação.

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro para a realização da pesquisa.

Referências

AZAMBUJA, L. D; LOPES, C. S. A organização didática para o ensino-aprendizagem de geografia na educação Básica. In: TORRES, E. C; PORTUGAL, J. F; VEIGA L. A. **Educação (geo)ambiental reflexões, abordagens e práticas**. Curitiba, CRV, p. 37-54, 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Versão Final. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>> Acesso em: 17 de set. de 2020.

LOPES, C. S. **O professor de geografia e os saberes profissionais: o processo formativo e o desenvolvimento da profissionalidade**. 2010. 258. (Departamento de Geografia) – USP, São Paulo, 2010.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. I ed., 1ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2008.